

BOLETIM INFORMATIVO

A REVISTA DO SISTEMA

SISTEMA FAEP



Ano XXXV nº 1529 | 01/02/2021 a 14/02/2021

Tiragem desta edição 26.000 exemplares

SISTEMA FAEP



ELEIÇÃO

FOCO NO AGRO DO PARANÁ

Diretoria reeleita da FAEP tem como meta o desenvolvimento da agropecuária estadual e o fortalecimento do sistema sindical

sistemafaep.org.br

Aos leitores

O ano de 2021 para o agronegócio do Paraná começou em ritmo acelerado, cercado de boas notícias, assim como terminou 2020. Por conta disso, inevitavelmente, a primeira edição do Boletim Informativo traz como destaque uma reunião destes resultados positivos e conquistas que têm ocorrido no campo e/ou com participação direta dos produtores, trabalhadores e entidades da agropecuária estadual.

O agro paranaense, por exemplo, se despediu do “ano velho” com a marca de 28,7 milhões de toneladas exportadas para mais de 200 países. Recorde histórico! Tudo isso em meio à pandemia, que tem interferido na forma de produção e aumentado os desafios logísticos. Ou seja, ainda mais relevante o feito.

Nesta esteira, o Paraná está em contagem regressiva para obter o reconhecimento internacional de área livre de febre aftosa sem vacinação. A expectativa é que o aval ocorra em maio próximo, celebrando um trabalho de mais de 30 anos por parte de diversos elos da cadeia produtiva e entidades do setor.

Além disso, temos a reeleição da diretoria da FAEP, referendando o trabalho dos últimos anos e garantindo que a defesa do produtor rural continuará firme e forte no próximo triênio.

Ainda temos muitos meses pela frente e, consequentemente, muitas edições do Boletim Informativo. Mas, a nossa meta é trazer, nas páginas do periódico, inúmeros registros de feitos da agropecuária do Paraná para compartilhar com os milhares de produtores e leitores.

Boa leitura!

Expediente

• FAEP - Federação da Agricultura do Estado do Paraná

Presidente: Ágide Meneguette | **Vice-Presidentes:** Guerino Guandalini, Francisco Carlos do Nascimento, Oradi Francisco Caldato, Nelson Natalino Paludo, Nery José Thome e Valdemar da Silva Melato | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Mar Sakashita | **Diretor Financeiro:** Paulo José Buso Júnior e Ivo Pierin Júnior | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santarozza, Ciro Tadeu Alcantara e Walter Ferreira Lima | **Delegados Representantes:** Ágide Meneguette, Rodolpho Luiz Werneck Botelho, Eduardo Medeiros Gomes e Gerson Magnoni Bortoli.

• SENAR-PR - Administração Regional do Estado do PR

Conselho Administrativo | Presidente: Ágide Meneguette | **Membros Efetivos:** Marcos Junior Brambilla (Fetaep), Rosanne Curi Zarattini (Senar AC), Darci Piana (Fecomérico) e Nelson Costa (Ocepar) | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santarozza, Paulo José Buso Júnior e Carlos Alberto Gabiatto | **Superintendência:** Débora Grimm

• BOLETIM INFORMATIVO

Coordenação de Comunicação Social e Edição: Carlos Guimarães Filho | **Redação e Revisão:** André Amorim, Antonio Carlos Senkovski, Bruna Fioroni e Felipe Anibal | **Projeto Gráfico e Diagramação:** Fernando Santos, Helio Lacerda e William Goldbach | **Contato:** imprensa@faep.com.br

Publicação semanal editada pela Coordenação de Comunicação Social (CCOM) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

Fotos da Edição 1529:

Fernando Santos, William Goldbach, Divulgação, Arquivo FAEP e Shutterstock.

ÍNDICE



REELEIÇÃO

Chapa presidida por Ágide Meneguette é referendada para comandar a FAEP no próximo triênio

PÁG. 4

TERRAS PARA ESTRANGEIROS

FAEP ratifica posição contrária à lei que flexibiliza a compra de áreas por pessoas ou empresas de outros países

Pág. 7

MEIO AMBIENTE

IAT esclarece prazos e benefícios de adesão ao PRA e contrato de gestão dá continuidade a análises do CAR

Pág. 11

RECONHECIMENTO INTERNACIONAL

Mesmo com pandemia, Paraná manteve o cronograma para obtenção do status de área livre de febre aftosa sem vacinação

Pág. 16

BEM-ESTAR NA SUINOCULTURA

Novas regras de manejo e estruturas nas granjas asseguram qualidade da produção e conforto aos animais

Pág. 24

RECORDE DE EXPORTAÇÕES

2020 se consolidou como o ano em que o agro do Paraná mais embarcou produtos para o mercado internacional

Pág. 28

SENAR-PR entrega equipamentos para a Embrapa Florestas

Parceria faz parte do termo de cooperação para o desenvolvimento de tecnologia voltada para a agricultura de precisão e a cultura da erva-mate



Paulo Buso, Débora Grimm, Erich Gomes Schaitza e Ágide Meneguette



Assinatura do termo ocorreu na sede do Sistema FAEP/SENAR-PR

Por meio de um termo de cooperação, o SENAR-PR entregou dois computadores para a Embrapa Florestas. Os equipamentos serão utilizados para o desenvolvimento de tecnologias voltadas para o geoprocessamento de imagens obtidas por meio de drones no meio rural e no desenvolvimento de novos materiais instrucionais. A entrega dos computadores ocorreu na sede do Sistema FAEP/SENAR-PR, em Curitiba, no dia 28 de janeiro, com a presença do presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, Ágide Meneguette, do diretor financeiro da FAEP, Paulo Buso, da superintendente do SENAR-PR, Débora Grimm, e do chefe-geral da Embrapa Florestas, Erich Gomes Schaitza.

“Essa parceria vai gerar avanços na área de erva mate e também de agricultura de precisão, permitindo que o SENAR-PR entregue mais conhecimento aos produtores rurais do Paraná”, destacou, na ocasião, Meneguette.

Para o chefe-geral da Embrapa Florestas, o termo de cooperação técnica firmado com o SENAR-PR permite o complemento das atividades das duas entidades, beneficiando os produtores do Paraná. “A Embrapa Florestas e o SENAR-PR têm o mesmo objetivo, desenvolvimento e bem-estar do pro-

dutor rural. Nós vamos gerar tecnologia e o SENAR-PR vai fazer a entrega desse conhecimento ao produtor rural, por meio da sua capilaridade. A união destas forças gera uma sinergia muito grande”, frisou Schaitza.

Além do desenvolvimento de novas tecnologias, o termo de cooperação vai permitir atualizar quatro treinamentos do catálogo de cursos do SENAR-PR voltados para a erva-mate. Ainda, está contemplada na parceria a criação de duas novas capacitações de geoprocessamento.

“O SENAR-PR e a Embrapa Florestas têm forças complementares, que permitem transformar tecnologia em conhecimentos para milhares de produtores rurais”, apontou a superintendente do SENAR-PR. “Nos últimos anos, o SENAR-PR tem tido uma atuação forte na agricultura de precisão, desenvolvendo cursos e treinando o pessoal no campo. Essa parceria vai contribuir muito nesta área”, complementou.

O termo de cooperação entre o SENAR-PR e a Embrapa Florestas foi firmado em 2020 com validade até 2024, prevendo uma série de ações voltadas para cultura da erva-mate e na área de geoprocessamento e aeronaves remotamente pilotadas.

Diretoria da FAEP é reeleita com foco no fortalecimento dos sindicatos rurais

Chapa presidida por Ágide Meneguette ficará à frente da entidade no triênio 2021-2024. Eleição foi realizada de forma *online* ao longo da Assembleia Geral

A FAEP reelegeu, no dia 25 de janeiro, a diretoria que ficará à frente da entidade pelos próximos três anos: de 2021 a 2024. Presidida por Ágide Meneguette, a chapa tem como principal plataforma o fortalecimento do sistema sindical e, por conseguinte, dos sindicatos rurais, por meio de uma série de ações, programas e políticas. Uma das prioridades será o Programa de Sustentabilidade Sindical, lançado em 2018, após o fim de contribuição sindical obrigatória.

A eleição foi realizada durante Assembleia Geral realizada na sede da entidade, em Curitiba. Em razão da pandemia do novo coronavírus, pela primeira vez na história, o evento foi realizado de forma *online*. Cada sindicato votou da sua cidade, por meio de um sistema digital criptografado desenvolvido por uma empresa externa, o que garantiu total segurança à votação. Do total de 138 sindicatos habilitados a votar, a chapa teve 125 votos a favor, dois contra, um em branco e 10 ausências.



Ágide Meneguette, Paulo Buso e Livaldo Gemin fazem parte da diretoria reeleita da FAEP

“A nossa intenção é continuar trabalhando para apoiar os sindicatos rurais a se viabilizarem, como forma de fortalecer o sistema como um todo, visando atender aos interesses dos produtores rurais e suas famílias”, disse Meneguette.

Dentre diversas propostas, a plataforma contempla o desenvolvimento de ações junto a produtores rurais, para que reconheçam e apoiem os sindicatos como instrumentos de representação; a continuidade de treinamentos e de formação de lideranças sindicais e gestores do setor; o estímulo à diversificação de fontes de receita e de financiamento do sistema sindical do Paraná; a integração das entidades afins do associativismo rural do Estado à FAEP; e a manutenção das ações que visam o incremento de renda ao produtor.

“O nosso foco são os sindicatos rurais e os produtores rurais. É isso o que estamos fazendo e é isso que continuaremos a fazer”, resumiu Meneguette.

Para atingir os objetivos definidos em cada proposta, a diretoria eleita definiu diretrizes a serem implantadas nas áreas de política agrária (em defesa da propriedade e do produtor rural), política agrícola (com ações de desenvolvimento das cadeias produtivas, que vão desde análises a realização de comissões técnicas) e política sindical (estreitando relacionamento com os sindicatos). Outras áreas prioritárias são informática (integrando digitalmente o sistema sindical), comunicação social (ampliando o acesso a informações do setor) e contribuição sindical rural (com a busca de mecanismos que visem a manutenção dos sindicatos).



Confira algumas das propostas para o próximo triênio:

- Continuidade das ações para a sobrevivência do sindicalismo rural;
- Ações junto aos produtores rurais para que reconheçam e apoiem os sindicatos como seus instrumentos legais de representação econômica e política;
- Ações de fundamentação e consolidação do perfil de atuação e da imagem do Sistema FAEP;
- Continuidade do Programa de Sustentabilidade Sindical, treinamentos, formação de novas lideranças sindicais, gestores dos sindicatos e produtores rurais;
- Maior eficiência e eficácia ao processo de cobrança dos inadimplentes dos exercícios anteriores da contribuição sindical rural;
- Reforço no programa de comunicação com vistas à consolidação do Sistema FAEP;
- Desenvolver, de forma proativa, um processo de condução e liderança a ser empreendido na agricultura do Paraná;
- Fomentar a diversificação de fontes de receita e financiamento do sistema sindical paranaense;
- Integrar as entidades afins do associativismo rural do Paraná ao Sistema FAEP;
- Manter a capacitação e valorização da base funcional dos sindicatos e da FAEP, visando à atuação mais efetiva de prestação de serviços para o produtor rural;
- Ações visando ao incremento de renda do produtor rural;
- Promover análises e reivindicações na defesa dos interesses da agropecuária e dos agropecuaristas do Estado.

DIRETORIA

EFETIVOS



Presidente: Ágide Meneguette



Vice-Presidente: Guerino Guandalini



Vice-Presidente: Francisco Carlos do Nascimento



Vice-Presidente: Oradi Francisco Caldato



Vice-Presidente: Nelson Natalino Paludo



Vice-Presidente: Nery José Thome



Vice-Presidente: Valdemar da Silva Melato



Diretor Secretário: Livaldo Gemin



2º Diretor Secretário: Mar Sakashita



Diretor Financeiro: Paulo José Buso Junior



2º Diretor Financeiro: Ivo Pierin Júnior

SUPLENTES



Lisiane Rocha Czech



Gustavo Ribas Netto



Anton Gora



Edson Dornellas



Ivonir Lodi



Celso Stedile



Mesaque Kecot Veres



Ricardo de Aguiar Wolter



Lourival Roberto da Silva Goes



José Mendonça



Paulo Ricardo da Nova

CONSELHO FISCAL

EFETIVOS:



Sebastião Olimpio Santaroza



Ciro Tadeu Alcantara



Walter Ferreira Lima

SUPLENTES:



Braz Reberte Pedrini



Dourvan Westphal



Luiz André Boraneli

DELEGADOS REPRESENTANTES



Ágide Meneguette



Rodolpho Luiz Werneck Botelho



Eduardo Medeiros Gomes



Gerson Magnoni Bortoli

FAEP ratifica posição contrária à venda de terras para estrangeiros

Presidentes e delegados de sindicatos rurais reconfirmaram o posicionamento na Assembleia Geral da entidade



A FAEP segue com a posição contrária à venda de terras para estrangeiros, assunto que voltou à pauta do agronegócio brasileiro por conta do Projeto de Lei 2.963/2019 em discussão no Congresso Nacional. A decisão foi tomada durante a Assembleia Geral, no dia 25 de janeiro, com participação de centenas de presidentes e delegados dos sindicatos rurais do Paraná. Desde 2012, quando ocorreu a discussão anterior do tema na Câmara Federal, a FAEP manifestou posição contra a liberação.

O projeto de lei em discussão busca flexibilizar a possibilidade de estrangeiros terem propriedade e/ou posse de terras no Brasil, permitindo que empresas estrangeiras autorizadas possam operar no Brasil ou por empresas nacionais detidas por estrangeiros, mas com as mesmas limitações por município que a lei de 1971 já estipulava (1/4 da área do município, sendo no máximo 10% para pessoas da mesma nacionalidade).

“Não é justo que estrangeiros, especialmente grandes empreendimentos, se utilizem de um dos setores no qual os produtores rurais brasileiros têm demonstrado grande aptidão e estão mostrando grande capacidade tecnológica. Ou seja, se há um setor onde os produtores rurais brasileiros dominam e está se expandindo, não existe motivo para entregar aos estrangeiros”, destaca Ágide Meneguette, presidente da FAEP.

Além disso, diversas potências agropecuárias no mundo possuem legislações específicas para aquisição de imóveis por estrangeiros. Nos Estados Unidos, em alguns Estados proíbe a compra de terra por não norte-americanos. Restrições semelhantes e até mais drásticas são vigentes em Israel e na Espanha.

“A nossa posição é semelhante ao que fazem outros países, que defendem suas produções agropecuárias e a propriedade para os nacionais”, reforça Meneguette. “Não significa que imigrantes não possam adquirir propriedades, mas dentro dos limites impostos pela lei em vigor. Precisamos evitar que grandes corporações estrangeiras possam adquirir extensas parcelas de terras”, complementa.

Ainda, a FAEP é a favor da limitação para aquisição/arrendamento/doação de terras no máximo de 50 módulos fiscais, com até 2,5 mil hectares para pessoa física estrangeira e, no máximo de 100 módulos fiscais, com até 5 mil hectares para as pessoas jurídicas estrangeiras. E, de 100 módulos fiscais, com até 5 mil hectares para as empresas brasileiras controladas por capital estrangeiro.

Por último, a FAEP é a favor do veto da aquisição por parte de ONGs com capital estrangeiro ou sede fora do Brasil, fundos soberanos estrangeiros e fundação particular de ONGs e empresas estrangeiras.

Balanco de 2020 com foco em 2021

Assembleia Geral da FAEP debateu temas importantes para o setor e apresentou novidades para esse ano

Pela primeira vez em sua história, a FAEP realizou a Assembleia Geral Ordinária de forma *online*, devido às restrições impostas pela pandemia do novo coronavírus. No dia 25 de janeiro, mais de 150 pessoas, entre a diretoria e colaboradores da entidade e presidentes e delegados dos sindicatos rurais, participaram do evento por videoconferência. A eleição da diretoria da entidade também foi realizada por meio de um *link* eletrônico (leia mais na página 4). Essa é mais uma forma de renovação que promete fazer parte da agenda da FAEP e dos sindicatos rurais em 2021.

“Tivemos que nos reinventar, a prova disso é que estamos aqui hoje conversando por videoconferência. Esse é um instrumento que veio para ficar e vai nos ajudar a cumprir com nosso trabalho, independentemente dos obstáculos”, afirmou o presidente da FAEP, Ágide Meneguette.

Antes de dar início à cerimônia, Meneguette pediu um minuto de silêncio em homenagem aos dirigentes rurais e pessoas falecidas em 2020, muitas em decorrência da Covid-19.

Em seu discurso de abertura, Meneguette pontuou ações realizadas em 2020 que foram importantes para dar amparo ao produtor e trabalhador rural em meio à pandemia, como as Medidas Provisórias (MPs) 927 e 936, que trouxeram orientações trabalhistas com o objetivo de preservar empregos e possibilitar a sobrevivência dos negócios à crise. Na época, a FAEP elaborou cartilhas sobre o assunto, esclarecendo os principais pontos de interesse para o setor rural. Além disso, a entidade promo-

veu treinamentos *online*, transmissões ao vivo e outros materiais informativos para tirar dúvidas dos sindicatos, produtores e trabalhadores rurais diante de um cenário com tantas mudanças.

O presidente da FAEP relembrou o lançamento do Programa Descomplica Rural, realizado na Assembleia Geral de 2020, e seus desdobramentos durante o ano para dissolver burocracias ambientais no campo. Outro ponto importante também elencado foi o reconhecimento nacional do Paraná como área livre de febre aftosa sem vacinação pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e o *status* internacional a ser chancelado, em maio de 2021, pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE).

“Apesar da pandemia, essa questão sanitária não parou. A contratação de fiscais técnicos agropecuários vai acontecer conforme definido. Já conquistamos o reconhecimento nacional, feito pela ministra [da Agricultura] Tereza Cristina, e, com isso, os nossos produtos já estão acessando mercados mais importantes. Com o reconhecimento da OIE, os benefícios serão ainda maiores”, destacou Meneguette.

Avanços ambientais

O secretário estadual de Desenvolvimento Sustentável e Turismo, Marcio Nunes, participou da assembleia, apresentando as novidades na área de meio ambiente no Estado e também relembrando as conquistas do ano passado.

Como exemplo prático dos resultados do Programa Descomplica



Assembleia foi realizada de forma remota

Rural, foi realizada a entrega do documento de licenciamento ambiental para o projeto de implantação de um sistema de energia solar no Centro de Treinamento Agropecuário (CTA) do SENAR-PR em Assis Chateaubriand, região Oeste. O local vai receber 370 painéis solares, em um total de 50 m², com capacidade de geração de 135 kWp. O sistema vai reduzir os custos com energia elétrica a partir do investimento. As obras começam em fevereiro, com previsão de três meses para o término.

Nesta conjuntura, uma novidade apresentada por Nunes foi o Programa



Descomplica Energia Renovável, que promete reduzir burocracias para obter licenciamento ambiental ou a certidão de sua dispensa para empreendimentos de geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis.

“O Paraná será o maior gerador de energia sustentável do país. Os nossos ciclos agropecuário e industrial ficarão mais fortes e mais robustos, com energia mais barata para alavancar tudo isso”, afirmou o secretário. De acordo com sua proposta, empreendimentos para geração energética de até 75 kWh terão dispensa de licenciamento ambiental. Para unida-

des microgeradoras de 75 kWh a 500 kWh, o licenciamento ambiental será simplificado.

Ainda, o secretário destacou o trabalho que resultou na Portaria 15, assinada pelo Instituto Água e Terra (IAT), em 14 de janeiro de 2021, que aborda os Termos de Compromisso e benefícios de adesão ao Programa de Regularização Ambiental (PRA). Para dar mais agilidade às análises do Código Ambiental Rural (CAR), também foi firmado um contrato de gestão referente à implantação do novo Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (Sicar) (leia mais na página 14).

Comissão Estadual de Mulheres

Um momento da assembleia ficou reservado para a apresentação do novo colegiado que, a partir deste ano, passa a fazer parte das instâncias de discussão da FAEP e dos produtores paranaenses. A Comissão Estadual de Mulheres tem como objetivo apoiar e encorajar a participação feminina nos negócios rurais e nas entidades representativas. O anúncio foi feito pela presidente do Sindicato Rural de Teixeira Soares, Lisiane Czech, que também será a primeira presidente da nova comissão (leia mais na página 12).

Terras para estrangeiros

Um dos temas que mais provocou debate entre os participantes foi o Projeto de Lei (PL) 2.963/2019, em discussão no Congresso Nacional, que dispõe sobre a venda de terras para estrangeiros. A FAEP segue com a posição contrária à liberação da compra de terras por estrangeiros, opinião que vem sendo mantida desde 2012, quando ocorreu a primeira discussão na Câmara Federal (leia mais na página 7).

SENAR-PR

A fase final da reunião foi reservada à apresentação dos trabalhos executados pelo SENAR-PR em 2020 e o planejamento proposto para 2021. Esse momento foi conduzido pela superintendente da entidade, Débora Grimm, que destacou os resultados positivos, mesmo diante da suspensão dos cursos presenciais entre abril e outubro do ano passado, devido à pandemia do

novo coronavírus. “Foi um ano completamente diferente para nós. Assim, elegemos trabalhar com foco nos instrutores, atualizando e padronizando os planos de cursos”, esclareceu Débora.

Segundo a superintendente, além do trabalho com os instrutores, foi sentida a necessidade de voltar uma parte dos esforços aos mobilizadores presentes nos sindicatos rurais. Desta forma, foram elaborados cursos no formato Ensino a Distância (EaD), criados especialmente para este público, e que devem estar à disposição em fevereiro deste ano. Além disso, foram entregues ferramentas de apoio, como *notebooks* e projetores para serem utilizados pelos sindicatos rurais com o objetivo de aperfeiçoar a mobilização e a sensibilização para com os produtores.

Sobre as parcerias firmadas ao longo do ano passado, a superintendente citou o Termo de Cooperação com o Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – Iapar-Emater (IDR-Paraná), com o objetivo de integrar esforços

e ações voltados ao desenvolvimento rural sustentável do Estado e contemplando a capacitação de técnicos e produtores em oito áreas do agronegócio. Ainda, Débora comentou sobre o Colégio Agrícola 4.0, projeto em parceria com a Secretaria de Estado da Educação e do Esporte (Seed) que visa criar um espaço educativo voltado à inovação e à Agricultura de Precisão (AP).

Em relação às demais novidades lançadas pelo SENAR-PR em 2020, a superintendente da entidade destacou a nova página de cursos no site e aplicativo, que ficou mais dinâmica e fácil de utilizar; a introdução de 30 novos cursos em diversas áreas de atuação; a reformulação dos cursos de Manejo Integrado de Pragas (MIP), Jovem Agricultor Aprendiz (JAA) e Aprendizagem de Adolescentes e Jovens (AAJ) para o formato EaD; o trabalho de supervisão presencial e à distância; a avaliação de egressos com indicadores de desempenho e a realização das Olimpíadas Rurais e das campanhas do Agrinho em formato *online*.



O secretário Marcio Nunes (à esquerda) participou do evento, em que apresentou as novidades na área ambiental

Material da FAEP e IAT orienta sobre barragens

O Sistema FAEP/SENAR-PR e o Instituto Água e Terra (IAT) lançaram um material informativo impresso para orientar os produtores rurais do Paraná em relação a segurança de barragens. O folder será distribuído gratuitamente em todo o Estado, por meio de sindicatos rurais e de outras entidades. O conteúdo também está disponível no site www.sistemafaep.com.br, na seção Serviços.

O material responde a uma série de dúvidas frequentes. O conteúdo também explica que todas as barragens precisam ser regularizadas com relação à outorga e à segurança, que são fiscalizadas pelo

IAT. O folder também contempla as boas práticas adotadas pelo produtor rural, para manter uma barragem em sua propriedade de forma regularizada.

Além disso, o material traz a compilação da legislação e regulamentação que regem o tema, como a Lei Federal 12.334/10 (que cria o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança das Barragens), a Resolução CNRH/12 (que estabelece critérios para classificação das barragens) e a Portaria Águas Paraná 046/18 (que versa sobre qualificação dos responsáveis técnicos e sobre o plano de inspeções nas ações estaduais).



INFORME

Veja também no site
www.fundepecpr.org.br

FUNDEPEC - PR | SÍNTESE DO DEMONSTRATIVO FINDO 31/12/2020

HISTÓRICO/CONTAS	RECEITAS EM R\$			DESPESAS EM R\$			SALDO R\$	
	REPASSE SEAB		RESTITUIÇÃO DE INDENIZAÇÕES	RENDIMENTOS	TRANSFERÊNCIAS	INDENIZAÇÕES		FINANCEIRAS/BANCÁRIAS
	1-13	14						
Saldo C/C	250,19	-	-	6,93	-	-	257,12	
Serviços D.S.A.	403.544,18	-	-	138.681,09	542.225,27	-	-	
Setor Bovídeos	8.444.549,48	278,44	-	47.487.286,88	-	2.341.952,64	54.126.672,58	
Setor Suínos	10.323.319,02	2.210.606,80	-	4.903.688,33	-	192.156,99	17.245.457,16	
Setor Aves de Corte	1.481.958,15	2.342.576,48	-	4.745.501,38	-	-	8.570.036,01	
Setor de Equídeos	53.585,00	23.737,78	-	183.789,78	-	-	261.112,56	
Setor Ovinos e Caprinos	123,76	-	-	18.002,26	-	-	23.840,87	
Setor Aves de Postura	37.102,41	46.905,50	-	231.018,35	-	-	315.026,26	
Pgto. Indenização Sacrificio de Animais*	-	-	-	-	-	141.031,00	(141.031,00)	
CPMF e Taxas Bancárias	-	-	-	-	-	77.567,43	(77.567,43)	
Rest. Indenização Sacrificio de Animais*	-	-	141.031,00	-	-	-	141.031,00	
TOTAL	20.744.432,19	4.624.105,00	141.031,00	57.707.975,00	542.225,27	2.675.140,63	77.567,43	
SALDO LÍQUIDO TOTAL							80.464.835,13	

Ágide Meneguette
Presidente do Conselho Deliberativo

Ronei Volpi
Diretor Executivo

Simone Maria Schmidt
Contadora | CO-CRC/PR-045.388/0-9

FUNDEPEC - PR - entidade de utilidade pública - Lei Estadual nº 13.219 de 05/07/2001.



FAEP cria Comissão Estadual de Mulheres

Iniciativa busca ampliar e fortalecer a participação feminina nas decisões do agronegócio paranaense

As mulheres são a maioria da população brasileira. No entanto, sua participação nas instâncias superiores de decisão fica muito longe desta proporção. Basta olharmos para o Congresso Nacional, para os comandos dos Estados, municípios e até para o dia-a-dia nas associações, sindicatos e cooperativas para notar que as mulheres precisam ocupar os espaços de forma mais proporcional.

O Sistema FAEP/SENAR-PR trabalha com essa questão há mais de dez anos, de forma direta, com iniciativas para formação de lideranças femininas no campo. Agora, terá um colegiado específico para atuar neste sentido. Durante a Assembleia Geral da FAEP, realizada no dia 25 de janeiro, a Comissão Estadual de Mulheres passa a fazer parte das instâncias de discussão dos produtores paranaenses, a exemplo de outras comissões da Federação, como de Avicultura e de Meio Ambiente.

“Decidimos criar essa comissão como um instrumento de fortalecimento à representatividade feminina. Vamos apoiar os grupos de mulheres que já existem nos sindicatos rurais e incentivar a criação de novos. Assim, juntos, vamos criar um movimento para que as nossas produtoras sejam mais respeitadas e valorizadas”, apontou o presidente da FAEP, Ágide Meneguette.

A presidente do Sindicato Rural de Teixeira Soares, Lisiane Rocha Czech, será a primeira a presidir a Comissão Estadual das Mulheres. “Mais do que tudo, quero convidar outras produtoras do Paraná para que participem conosco desta jornada para fortalecer a causa das mulheres e do Sistema FAEP/SENAR-PR”, afirmou.

Algumas representantes femininas no campo já aderiram à iniciativa, como a produtora Marli Scheifer Camargo, de Ipiranga, na região dos Campos Gerais, que acredita no associativismo como caminho para a representatividade. “Participo ativamente do sindicato por acreditar que ele é nossa força política”, diz.

A produtora Ana Cristina Versari, de Maringá, na região Norte do Estado, também tem boas expectativas em relação à nova comissão. “Com a organização do sistema sindical ocorre o fortalecimento, a união, a interação, a troca de experiências e a obtenção de conhecimento, sem falar da nossa representatividade frente às nossas classes políticas”, observa.

Serviço

As mulheres interessadas em fazer parte da Comissão Estadual de Mulheres da FAEP podem entrar em contato pelo telefone (41) 2169-7963 ou pelo email kelli.rodriques@faep.com.br.



Lisiane Rocha: presidente da Comissão de Mulheres

Programa Mulher Atual

Uma das principais iniciativas promovidas pelo Sistema FAEP/SENAR-PR de apoio à equidade de gênero é o Programa Mulher Atual. Desde 2009, essa proposta trabalha temas como o autoconhecimento e o empreendedorismo junto ao público feminino.

Ao longo de 11 anos, mais de 1,2 mil turmas foram realizadas, o que significa que milhares de mulheres foram impactadas pelos seus conteúdos, incentivadas a acreditar no próprio potencial e na capacidade de assumir o papel de protagonista na sociedade. Não são poucos os relatos de mulheres inspiradas pela iniciativa que deram novo significado às suas vidas.

Interessados em participar do Programa Mulher Atual podem acessar as informações no site www.sistemafaep.org.br, no link Cursos.



CONFIRA O VÍDEO DA MATÉRIA

É fácil!

• Ligue a câmera do seu celular, aponte para o **QR Code**, acesse o link e assista. Caso não funcione, baixe um aplicativo leitor de QR Code.

• Ou assista ao vídeo da matéria no nosso site sistemafaep.org.br



Memória do Campo



Instituições avaliam estudo sobre cadeia de carnes no PR



Resultado apresentado em maio em 100% de participação: perfil, perfis e importância para os produtores.

Trabalho pelo IBQP no desenvolvimento técnico dos produtores.

Cópia do estudo, de mais de 200 páginas, foram distribuídas a instituições de pesquisa, universidades, associações de produtores, entidades de crédito e representantes do Governo do Estado. O material completo pode ser acessado pelo link no site da FAEP.

www.faepr.com.br

Protagonistas apresentaram no sede da FAEP em Curitiba (PR) um amplo estudo sobre a competitividade da cadeia agroindustrial das carnes suínas, bovinas e de aves no Paraná. O estudo foi feito em conjunto por técnicos do Instituto Paranaense de Desenvolvimento e Social (Ipdardes), Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade (IBQP) e Grupo de Estudos e Políticas Agroindustriais (GEPAI), da Universidade Federal de São Carlos.

Atual coordenador de Projetos da Secretaria de Planejamento, Wilton Eduard Malferrari de A. Meiners, que foi o supervisor do

Estas instituições vão analisar as pesquisas, mas concederão e sugerir. No próximo encontro do Faepr, as entidades deverão apresentar suas avaliações dos trabalhos, que poderão embasar a proposta de um amplo programa, envolvendo Estado e iniciativa privada, para alcançar a cadeia paranaense de carnes.



Para desenvolver a cadeia de carnes

Há 17 anos, o Sistema FAEP/SENAR cumpria, mais uma vez, seu propósito de contribuir com o desenvolvimento do setor rural. Na ocasião – em março de 2003 –, a entidade promoveu um evento para apresentar os resultados de um estudo que se focou nas cadeias produtivas de carnes – avicultura, suinocultura e bovinocultura de corte. A pesquisa foi desenvolvida por especialistas do Ipdardes, Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade (IBQP) e Universidade de São Carlos.

O trabalho identificou os gargalos que limitavam a competitividade das carnes produzidas no Paraná e apontavam sugestões concretas para solucionar cada um dos problemas, que foram detalhados no evento. O relatório final com 200 páginas foi distribuído aos pecuaristas paranaenses, a agroindústrias, cooperativas de crédito e a representantes do governo do Paraná. Posteriormente, todos puderam apresentar conclusões e sugestões.

De lá para cá, as cadeias produtivas de carnes se desenvolveram de forma muito significativa. Hoje, o Paraná é o maior produtor de aves do país. Na suinocultura, ocupamos o segundo lugar do *ranking*. Na bovinocultura de corte, os produtores paranaenses cada vez mais produzem com qualidade. Em maio de 2021, o Paraná deve obter o reconhecimento internacional como área livre de febre aftosa sem vacinação, o que deve ampliar ainda mais o acesso das carnes paranaenses aos mercados mundiais mais sofisticados.

Portaria garante agilidade e menos burocracia nas questões ambientais

Documento do IAT esclarece prazos e benefícios de adesão ao PRA, enquanto contrato de gestão vai dar continuidade às análises do CAR



O ano de 2021 começou com novidades nas questões ambientais. No dia 14 de janeiro, o Instituto Água e Terra (IAT) assinou a Portaria 15, que aborda os Termos de Compromisso e prazos de adesão ao Programa de Regularização Ambiental (PRA). Em conjunto com o Sistema de Tecnologia e Monitoramento Ambiental do Paraná (Simepar), também foi firmado um contrato de gestão referente à implantação do novo Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (Sicar), com o intuito de dar maior celeridade às análises do Código Ambiental Rural (CAR).

A portaria do IAT traz orientações para que os proprietários e possuidores de imóveis rurais tenham mais condições de fazer as devidas regularizações em relação à adesão ao PRA. O programa é um benefício criado a partir do Código Florestal (Lei 12.651/2012), que estabelece ações e/ou iniciativas para os proprietários promoverem a regularização ambiental. Dados do Sicar

apontam que, até 2020, foram 465,7 mil imóveis cadastrados no Paraná e, destes, 60% (279,2 mil) solicitaram adesão ao PRA no ato de inscrição no CAR.

“Essas novas determinações são fundamentais para que o produtor continue produzindo com segurança e sem excessos de burocracia, mas, evidentemente, cumprindo o necessário para manter a preservação ambiental. A sustentabilidade no meio rural não é apenas de suma importância para o Paraná, mas também para que os produtos exportados tenham chancela internacional”, afirma o presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, Ágide Meneguette.

Adesão ao PRA

Para fazer a adesão ao PRA, o primeiro passo obrigatório é que o proprietário ou possuidor de um imóvel rural tenha realizado a inscrição da propriedade no CAR. Por meio dele, o órgão ambiental estadual responsável avalia

se o imóvel apresenta ou não passivo ambiental referente à Área de Preservação Permanente (APP), Reserva Legal e Área de Uso Restrito.

O prazo para a inscrição no CAR terminou no dia 31 de dezembro de 2020. Caso o produtor não tenha feito, ainda pode realizar o cadastro, porém, não terá a adesão ao PRA e, consequentemente, aos benefícios.

Se o imóvel não apresentar passivo ambiental, já estará regularizado por meio do CAR. Em caso de pendências relativas a crimes e infrações ambientais anteriores à data de 22 de julho de 2008, o proprietário poderá aderir ao PRA para regularizar seu imóvel.

Segundo o diretor-presidente do IAT, Everton Costa Souza, o PRA funciona como um termo de compromisso firmado no âmbito do Sicar.

“Com a adesão ao PRA, será formalizado um termo de compromisso entre o proprietário e o IAT, em que será determinado um conjunto de ações que deve-



rão ser realizadas para a regularização da propriedade rural”, esclarece Souza.

Posteriormente, o proprietário precisa apresentar um cronograma de atividades para recuperar, regenerar ou compensar a supressão irregular de vegetação nas APPs, Reserva Legal e Área de Uso Restrito, com prazo de conclusão. O projeto será submetido à análise do IAT e, sendo aceito, formalizado a adesão ao PRA. Dessa forma, o CAR daquela propriedade também poderá ser homologado.

Com o PRA, o produtor terá direito à suspensão das autuações por infrações cometidas antes da data de 22 de julho de 2008. Quando o termo de compromisso for efetivamente cumprido e atestado pelo órgão ambiental, todas as sanções ambientais serão extintas.

Os proprietários que assinaram termos de compromisso no extinto Sistema de Manutenção, Recuperação e Proteção da Reserva Florestal Legal e Áreas de Preservação Permanente (Sis-

leg), sob a vigência do antigo Código Florestal (Lei Federal 4.771/1965), não os cumpriram integralmente e solicitaram ao órgão ambiental a revisão para adequação ao novo Código, devem dar baixa na averbação que consta na matrícula do imóvel para obter os benefícios da nova legislação.

Segundo a técnica do Departamento Técnico Econômico (DTE) da FAEP Carla Beck, caso o produtor não tenha solicitado a revisão, tem a obrigação de cumprir na íntegra o termo de compromisso assinado no Sisleg.

Contrato de gestão

O contrato de gestão firmado entre IAT e Simepar permite a continuidade dos trabalhos de análise do CAR, por meio da implantação do novo Sicar. O sistema vai contar com módulos de análise dinamizada, ou seja, mais agilidade aos processos do CAR. A expectativa é acelerar as análises no curto prazo.

De acordo com o secretário estadual de Desenvolvimento Sustentável e do Turismo, Marcio Nunes, o governo do Paraná investiu R\$ 6 milhões para o desenvolvimento do novo Sicar. “Sustentabilidade é a marca que o mundo quer comprar. Essa união entre governo do Paraná, FAEP e sindicatos rurais faz a diferença para um Estado que mais produz e mais preserva o meio ambiente”, garante.

Além de análises mais rápidas e eficientes, o que vai permitir economia de recursos públicos, o novo Sicar minimiza a subjetividade dos processos de análise do CAR ao padronizar os critérios e simplificar o processo de retificação das informações declaradas.

Para o produtor rural, os benefícios incluem acesso ao PRA, obtenção de crédito agrícola, desobrigação da averbação no Cartório de Registro de Imóveis devido ao registro de Reserva Legal e planejamento sustentável e controle ambiental do imóvel rural.

Mesmo com pandemia, PR mantém cronograma para a chancela internacional

Mobilização permitiu a execução das ações para o reconhecimento como área livre de febre aftosa sem vacinação, enquanto outros Estados terão que imunizar em 2021 e 2022



Mesmo com todos os desafios impostos pela pandemia do novo coronavírus, o Paraná conseguiu manter o cronograma para o reconhecimento internacional como área livre de febre aftosa sem vacinação. A confirmação oficial ocorreu no dia 17 de dezembro, durante a 8ª reunião da Equipe Gestora Nacional (EGN) do Plano Estratégico do Programa Nacional de Vigilância da Febre Aftosa (PNEFA). Na ocasião, foram anunciadas alterações no cronograma, como o adiamento da suspensão da vacinação contra a doença em diversos Estados.

No encontro, a retirada da vacinação foi adiada em uma série de Estados. Mas o fato de o Paraná (assim como Rio Grande do Sul, Acre, Rondônia e áreas do Amazonas e Mato Grosso) estar em um estágio mais avançado que a média nacional, o calendário segue mantido. Assim, em maio de 2021 a Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) deve cancelar o território paranaense como área livre da doença sem necessidade de vacina.

“Ninguém consegue prever coisas como uma pandemia no meio do caminho. Mas é justamente por estar preparado para imprevistos, e por termos pressa para conquistar novos mercados para nossos alimentos, é que temos adiantado ao máximo esse processo de reconhecimento”, salienta Ágide Meneguette, presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR. “Essa é uma conquista que reúne todos os elos da cadeia produtiva, uma grande vitória que vai alavancar a produção de proteínas animais no nosso Estado”, completa.

O reconhecimento do Paraná como área livre de febre aftosa sem vacinação está na reta final (veja o cronograma nas páginas 18 e 19). Todos os documentos necessários já foram encaminhados à OIE, que faz as últimas checagens do material. É preciso lembrar que nos últimos dois anos, o território paranaense passou por diversas auditorias e avaliações do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), antes que a pasta encaminhasse os detalhes que demonstram a robustez do sistema sanitário estadual. Com isso, o setor aguarda o anúncio oficial pela OIE.

“Temos mais uma prova de que o setor produtivo do Paraná precisa caminhar sempre um passo à frente. Não podemos mais esperar para conquistar novos mercados, gerar divisas e empregos no Estado. Essa é uma demonstração do poder que tem uma mobilização bem feita envolvendo todos os setores da cadeia produtiva”, reforça Ronei Volpi, diretor-executivo do Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária do Estado do Paraná (Fundeppec).

Investimento milionário

O fortalecimento do sistema sanitário do Estado não é recente, mas reflexo de uma política constante de investimento que começou cinco décadas atrás e que teve participação decisiva da iniciativa privada. Só de 1997 a 2019, o Sistema FAEP/SENAR-PR investiu US\$ 10,2 milhões, fomentando a participação em reuniões e congressos de órgãos internacionais e estimulando a criação de políticas públicas.

Rafael Gonçalves Dias, gerente de saúde animal da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar), lembra que além do trabalho desenvolvido ao longo de décadas, nos últimos anos houve toda uma mobilização para que o Estado saísse na frente em relação ao reconhecimento. “O Paraná vem se preparando há anos para que houvesse esse avanço no programa de febre aftosa. Não foi algo só do governo, mas um trabalho conjunto com setores envolvidos, e que é avaliado pelo Mapa com base critérios técnicos”, revela.

Inicialmente, o plano nacional tinha um cronograma no qual o Paraná estava no Bloco V, o último a ter a retirada da vacinação. Esse processo levaria anos e os paranaenses dependeriam de outros Estados para conseguir a chancela internacional. “Como todos os elos da cadeia não concordavam com isso, iniciamos uma mobilização para fazer o Mapa olhar de uma maneira diferente para o Paraná. Essa antecipação foi conquistada muito em função do setor envolvido”, lembra Dias.

As auditorias do Mapa, que culminaram no reconhecimento nacional do Paraná como área livre de aftosa sem vacinação, em outubro de 2019, apontaram algumas pendências no sistema sanitário, que foram ajustadas com o passar do tempo. Um dos únicos pontos que ainda aguarda resolução é a realização de um concurso público para contratação de fiscais agropecuários.

“O concurso estava marcado para maio de 2020, mas em função da pandemia houve a suspensão da realização da prova. Estamos em um momento no qual está se aguardando um protocolo de segurança, em função do novo coronavírus. Quando houver autorização dos órgãos competentes e cumpridas as exigências de segurança, faremos o concurso para contratação de médicos veterinários e assistentes de fiscalização para Adapar”, analisa Dias.

Outros Estados

Geraldo Marcos de Moraes, diretor do Departamento de Saúde Animal da Secretaria de Defesa Agropecuária do Mapa, explica que o PNEFA está organizado de forma a avaliar a execução de uma série de ações. Para avaliar essas etapas, foram definidos indicadores de acompanhamento com relação às metas, direcionadas para atingir o objetivo principal: a suspensão gradual da vacinação em todo o território nacional.

“O calendário foi proposto e avaliamos constantemente. Como 2020 foi um ano muito atípico, houve toda uma readequação de prioridades, tanto setor público quanto produtivo”, revela Moraes.

Com base em reuniões feitas com representantes dos cinco blocos, a equipe gestora nacional identificou alguns percalços em alguns Estados, como o atraso de investimentos no sistema de defesa agropecuária pelos órgãos estaduais, dificultando a retirada da vacina. Com o fim da pandemia, espera-se que a situação se normalize e seja possível continuar a caminhada para a suspensão da vacina nessas regiões.

“Avaliando tudo isso, acordou-se a inviabilidade de seguir com a suspensão da vacinação nos blocos II [Amazonas, Amapá, Pará e Roraima], III [Alagoas, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte] e IV [Bahia, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Sergipe, São Paulo, Distrito Federal, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul], tendo a necessidade de algumas ações estratégicas”, compartilha Moraes.

Com isso, na reunião do Mapa foi decidido que a vacinação em 2022 será mantida nessas regiões. Essa previsão, como lembra o diretor do órgão, é importante para que as empresas farmacêuticas tenham tempo hábil para providenciar o total de doses de vacinas a serem disponibilizadas no próximo ano.

“No fim do ano passado, já tínhamos definido onde haveria vacinação em 2021, então a indústria conseguiu se programar. Agora, é preciso se programar para 2022. Não há como dizer de forma abrupta que é preciso 200 milhões de doses de vacina. Isso motivou e exigiu que tomássemos essa atitude com antecedência”, complementa Moraes.

O diretor do Mapa reforça que Paraná, Rio Grande do Sul e Bloco I (Acre, Rondônia e áreas do AM e MT), por estarem adiantados com processo de implementação da retirada da vacinação, não sofreram com os impactos da pandemia nesse sentido. “Temos no Paraná um bom cenário para que esse ano ocorra o reconhecimento internacional. O avanço paranaense mexeu com toda a reestruturação dos blocos. Criamos um novo bloco V, com a região Sul do país, que tem a possibilidade de atingir um diferencial de saúde animal com boas perspectivas”, sinaliza Moraes.

Paraná também aguarda parecer sobre Peste Suína Clássica

Além do pedido para se tornar área livre de febre aftosa sem vacinação, o Paraná também solicitou o reconhecimento, de forma separada de outros Estados, como área livre de Peste Suína Clássica (PSC). Hoje, o Estado faz parte de um bloco de 14 unidades da federação. Caso uma delas, mesmo que a milhares de quilômetros, apresente casos de PSC, o Paraná, segundo maior produtor nacional de suínos, seria impactado.

“Nós já somos livres, mas queremos ser uma zona independente. Temos casos de PSC no Brasil em áreas próximas do bloco do qual fazemos parte. Se houver entrada de doença num desses Estados, seremos penalizados em um momento no qual os suínos estão prestes a poder acessar outros mercados internacionais”, explica Rafael Gonçalves Dias, da Adapar.

Calendário do novo status

O Paraná já cumpriu diversas etapas. Confira as próximas até o reconhecimento internacional como área livre da doença sem vacinação



2019

Maio:
Última campanha de vacinação de febre aftosa no Paraná



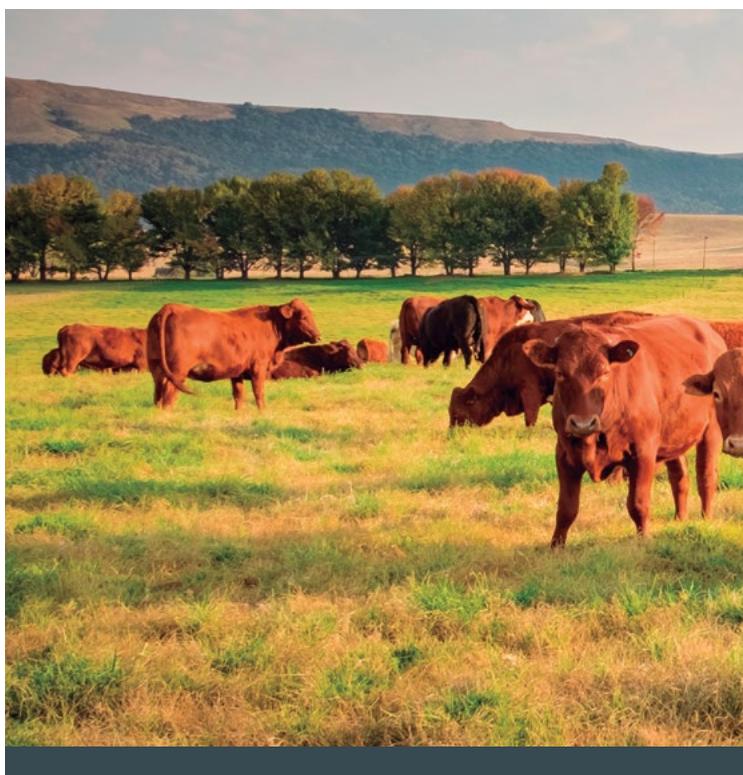
2019

Outubro:
Mapa suspende oficialmente a vacinação no Paraná. Ficam proibidas a manutenção, comercialização e aplicação da vacina no Estado



2020

Janeiro:
Paraná promove o fechamento sanitário de suas divisas. Com isso, o Estado não pode receber bovinos e bufalinos para cria, recria e engorda de unidades da federação que ainda vacinam o rebanho





2020

Fevereiro:
Paraná concluiu a construção do 33º Posto de Fiscalização de Transporte Agropecuário. Era o último ponto que faltava para que o Estado fechasse suas divisas

2020

Junho:
Adaptar coleta amostra de 10 mil bovinos em 330 propriedades rurais do Paraná. Material fez parte do inquérito sorológico para apontar a ausência de circulação viral no Estado

2020

Agosto:
Reconhecimento como área livre de febre aftosa sem vacinação pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa)

2020

Agosto:
Inquérito sorológico é concluído pelo Mapa e enviado à Organização Internacional de Saúde Animal (OIE)

2020

Novembro:
OIE analisa todo o processo de solicitação do novo *status* por parte do Paraná. Entidade pode solicitar adequações de pontos específicos

2021

Maió:
Com o cumprimento de todos os pré-requisitos, Paraná é declarado área livre de febre aftosa sem vacinação, em Assembleia Geral da OIE

Fonte: DTE/FAEP | Infografia: Sistema FAEP/SENAR-PR



Maior oferta sinaliza queda de produtos lácteos no Paraná

Principais produtos do mix de comercialização tiveram redução de preço na parcial de janeiro

Após uma alta consolidada em dezembro, o preço dos produtos lácteos mais comercializados no Paraná sofreu uma queda significativa em janeiro. O movimento do mercado está relacionado aos altos volumes de estoques que as indústrias mantinham no final do ano passado, o que fez com que o varejo pressionasse por pagar menos pelo produto. A dinâmica foi apresentada em reunião virtual do Conselho Paritário Indústria/Produtores de Leite do Paraná (Conseleite-PR), realizada no dia 26 de janeiro. “Começamos 2021 em um cenário de incertezas, com grande volatilidade de preços e reflexos da pandemia ainda pesando nos mercados”, disse o professor José Roberto Canziani, da Universidade Federal do Paraná (UFPR), um dos responsáveis pelo levantamento de mercado.

Em razão da maior oferta, os principais itens do mix de comercialização do Paraná – leite UHT, mussarela, queijo prato e leite spot – tiveram queda considerável, provocando o recuo do valor de referência do leite – usado como base nas negociações entre indústria e produtores. Apesar disso, o preço de todos esses produtos começa 2021 em um patamar bem mais elevado em relação a anos anteriores.

O UHT, por exemplo, recuou 12,46%, por causa dos estoques disponíveis na indústria. O muçarela viu seu preço cair 10,87%. O queijo prato teve desvalorização de 6,01%, enquanto o leite spot sofreu queda de 14,03%. Entre outros produtos com volume bem menor de comercialização, o resultado foi diverso. O

provolone e do iogurte, por exemplo, tiveram altas de 3,73% e 1,16%, respectivamente. O creme de leite, por sua vez, teve alta de 3,30%, chegando ao seu maior valor histórico. Em contrapartida, outros produtos, como o leite em pó e o requeijão sofreram quedas, de 13,01% e 2%.

Nesta primeira reunião do Conseleite-PR de 2021, o presidente Ronei Volpi disse que o momento é de serenidade, sobretudo em razão do cenário de incertezas. “No primeiro semestre, ainda devemos ter muitas complicações em função da pandemia e de mudanças internacionais – com a eleição americana – e em questões políticas, com a votação de reformas. Todo o setor acompanha com expectativa o desenrolar dos acontecimentos”, afirmou.

VALORES DE REFERÊNCIA DA MATÉRIA-PRIMA (LEITE)

POSTO PROPRIEDADE* - DEZEMBRO/2020 e JANEIRO/2021

Matéria-prima	Valores projetados	Valores projetados	Variação	
	Dezembro/2020	Janeiro/2021	(Janeiro - Dezembro)	
Leite PADRÃO (R\$/Litro)	(leite entregue em Dezembro/2020 a ser pago em Janeiro/2021)	(leite entregue em Janeiro/2021 a ser pago em Fevereiro/2021)	Em valor	Em %
	1,8617	1,6765	-0,1852	-9,95%

Para o leite pasteurizado o valor projetado para o mês de Janeiro de 2021 é de **R\$ 2,8381/litro**.

Em função da atualização dos parâmetros técnicos utilizados para os cálculos do valor de referência, desde janeiro de 2020, somente são publicados os valores atualizados.

Tratoração contra aumento do ICMS em São Paulo contou com apoio da FAEP

Para o presidente da entidade, “cobrar imposto sobre produtos de alimentação merece repúdio da sociedade”

O setor agropecuário do Estado de São Paulo começou 2021 mobilizado. No dia 7 de janeiro, os produtores rurais e entidades paulistas realizaram um “tratoração” para protestar contra elevações do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre diversos itens e insumos, que devem onerar os custos de produção e potencialmente elevar os preços dos alimentos. Decretos autorizados pela Lei 17.293, promulgada em 15 de outubro de 2020, permitem a cobrança ou a elevação do imposto desde o dia 1º de janeiro.

Na ocasião, diante do cenário que impactaria no custo de produção no Estado vizinho, a FAEP apoiou o movimento dos produtores paulistas, por acreditar que o aumento da tributação iria incidir, principalmente, sobre a população mais pobre.

“Cobrar imposto sobre produtos de alimentação merece repúdio da sociedade. Por isso, a FAEP apoiou incondicionalmente o movimento realizado em São Paulo, liderados pela Faesp. Inclusive, produtores de cidades do Paraná no limite com São Paulo atravessaram para participar do tratoração”, destacou Ágide Meneguette, presidente da FAEP. “É um erro cobrar imposto sobre alimentos, consumidores e produtores rurais que, nesta pandemia, mostraram o quanto são importantes, mantendo o abastecimento e gerando superávits da balança comercial”, apontou Meneguette.

O apoio da FAEP e dos produtores do Paraná gerou reconhecimento.



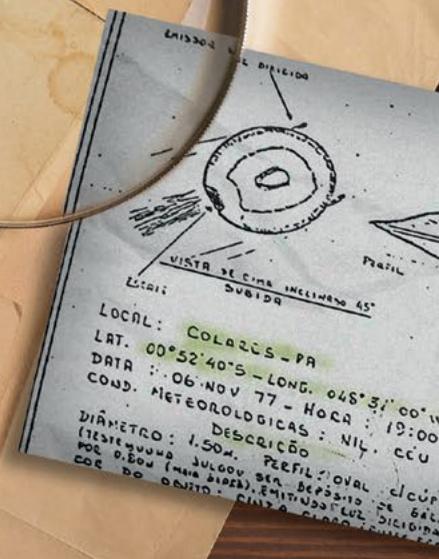
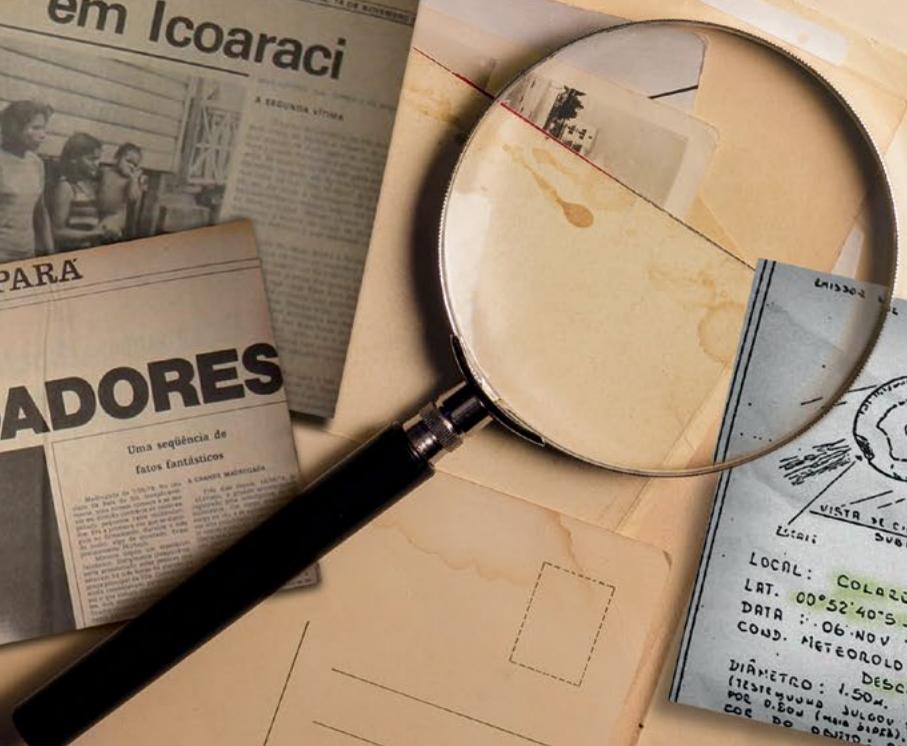
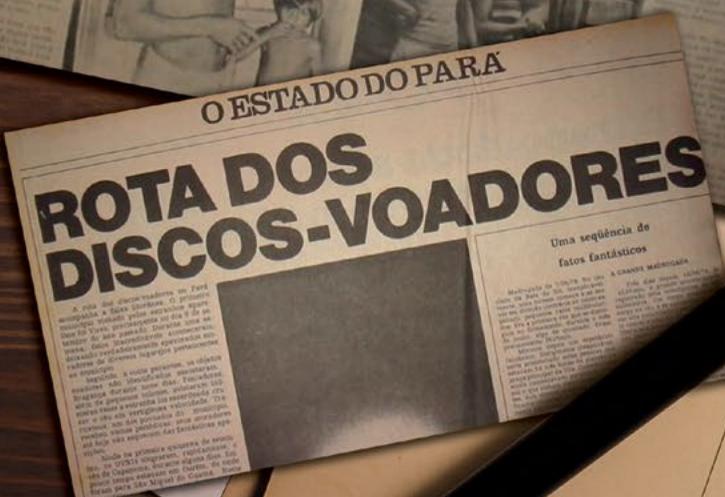
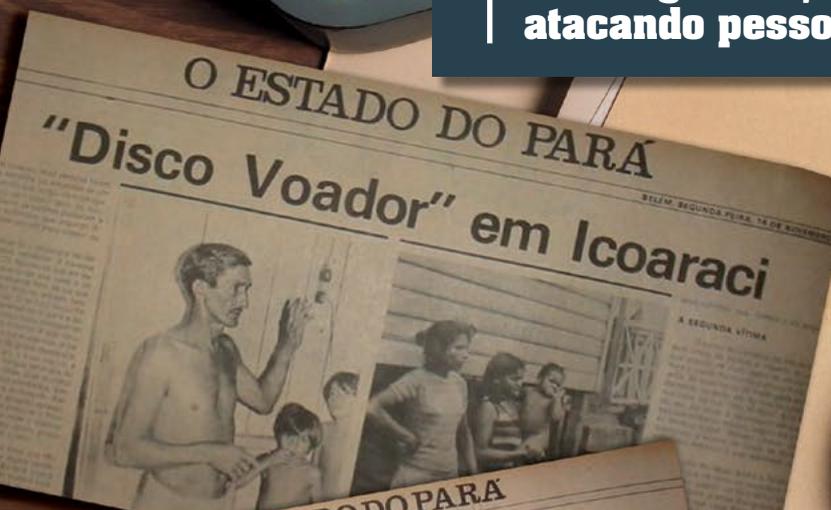
“Foi de grande importância o apoio da FAEP e produtores rurais do Paraná, que se sensibilizaram e juntaram-se aos nossos sindicatos rurais na divisa do Estado de São Paulo. Toda essa mobilização demonstrou que a união e a força do setor produtivo, rompendo divisas, em prol da sustentabilidade das atividades agropecuárias. Agradeço aos produtores paranaenses e ao Ágide Meneguette”, afirmou Tirso Meirelles, vice-presidente da Faesp.

Resultado

Após a pressão do agronegócio, o governador de São Paulo, João Dória (PSDB), recuou e suspendeu o corte de benefícios fiscais do ICMS para alimentos. Isso porque os produtores pressionaram o governo pela isenção na cobrança do imposto sobre combustíveis e insumos, como adubo e sementes. Desta forma, inicialmente, não deve ocorrer aumento do ICMS sobre esses produtos e, conseqüentemente, alta no preço dos alimentos.

ET'S VAMPIROS NO PARÁ

No final da década de 1970, uma operação militar foi criada para investigar a ação de extraterrestres atacando pessoas no Norte do Brasil



Esqueça os agrolifos, aquelas enormes formas geométricas marcadas em plantações de cereais por espertalhões que desejam atribuir esse feito a alienígenas. O Brasil já foi palco de diversas histórias consideradas relevantes pela ufologia mundial, que demonstraram a ação de forças desconhecidas (vindas do espaço, do centro da terra ou de outras dimensões) em nosso território. Ainda, alguns casos são tão ostensivos que demandaram atenção das forças de segurança nacional, que documentaram estes feitos em relatórios oficiais.

É o caso da Operação Prato, realizada nos anos de 1977 e 1978 pela Força Aérea Brasileira (FAB) com objetivo de investigar a atividade de Objetos Voadores Não Identificados (OVNIS) na região Norte do país, em especial no município de Colares, no Pará. Na ocasião foram feitos registros em fotos e vídeos (filmes super 8), que ainda hoje são tratados de forma confidencial pelos militares. A história ganhou grande repercussão nacional e internacional, tornando-se inclusive episódio do canal *History Channel*.

No final da década de 1970, várias ocorrências de seres luminosos vinham sendo registrados em diversas regiões. O fenômeno que mais chamava a atenção e causava terror foi denominado pelos moradores como “chupa-chupa”: seres luminosos que atacavam principalmente as populações ribeirinhas, na região do pescoço, sugando-lhes fluidos vitais, deixando marcas visíveis e efeitos deletérios terríveis. Ainda hoje existem moradores vivos que relatam estes ataques e alguns contam que nunca se recuperaram totalmente. A atenção da FAB se deu pelo grande número de casos como estes, que não eram exclusividade do Pará, ocorrendo também nos estados do Amazonas, Maranhão e Piauí.

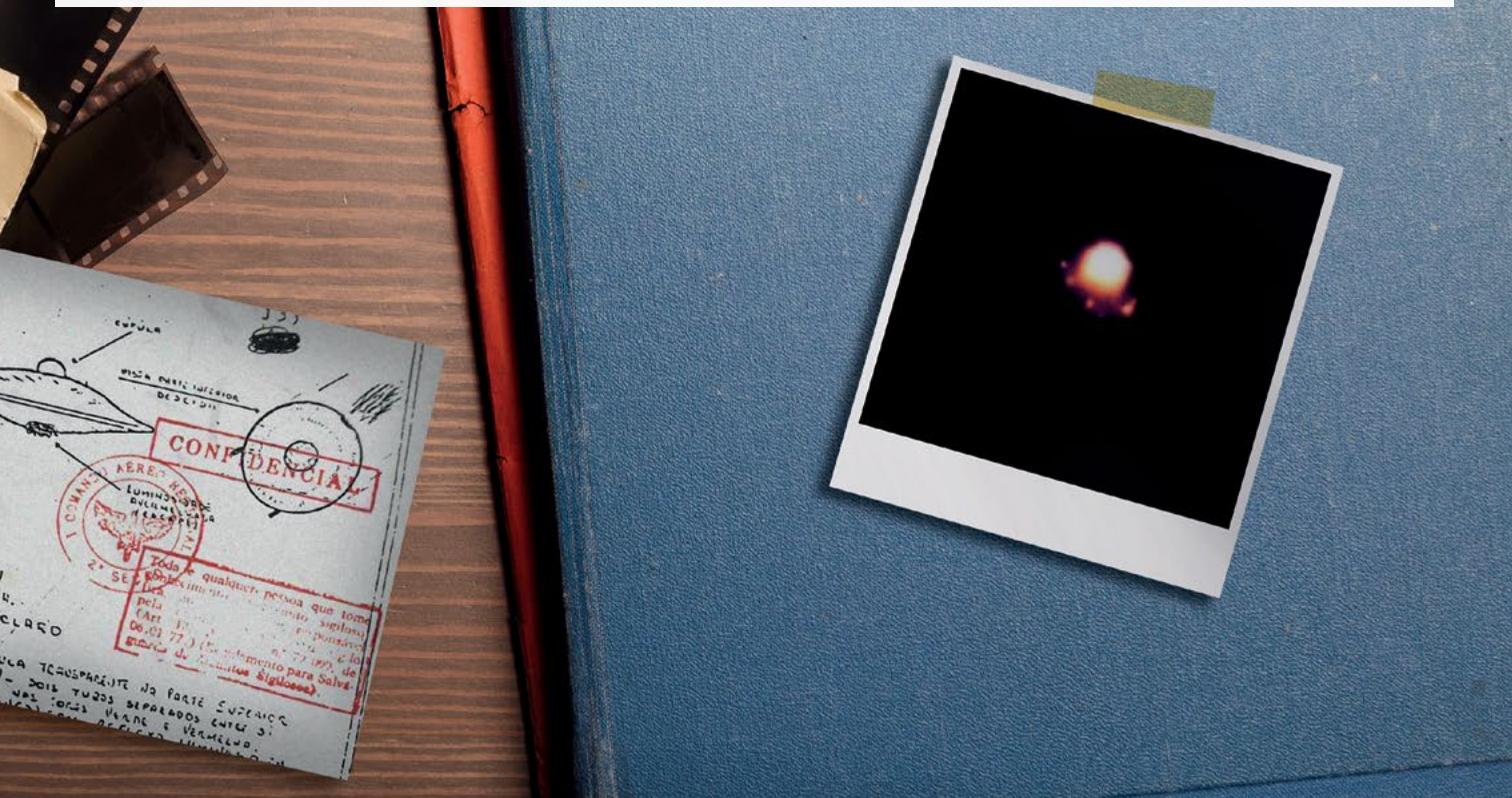
As bolas incandescentes faziam aparições à noite. Segundo relatos, em alguns casos eram holofotes poderosos, outras vezes pequenos feixes de luz no formato de cilindros, que não produziam som algum e vinham do céu para sugar o sangue da população.

Material confidencial

Um dos grandes mistérios da Operação Prato é o destino da grande quantidade de registros de vídeos e fotos, além das informações, que até hoje não teriam sido totalmente disponibilizadas pelas Forças Armadas. Conta-se que o capitão da Aeronáutica Uyrangê Hollanda, responsável pelo comando da missão, teria fotografado e filmado um enorme objeto azul brilhante no formato de uma bola de futebol americano, flutuando sobre um rio da região. O registro nunca veio à tona.

Em entrevista à BBC, o ufólogo Ademar José Gevaerd, editor da revista UFO, conta que foi o próprio Uyrangê que contou, em uma entrevista, a história em 1997. Dois meses depois desta conversa o militar tirou a própria vida, abrindo margem para especulações de toda sorte sobre a natureza das informações mantidas em sigilo pela Aeronáutica e aumentando ainda mais o mistério sobre o caso. Ele era o último participante vivo da operação.

Mais de 40 anos após a Operação Prato, os relatos das vítimas dos “chupa-chupas” ainda se multiplica nas bocas dos moradores e repercute no turismo local, que se beneficia da alcunha da “Cidade dos ET’s”. Além de curiosos, Colares também atrai ufólogos que realizam diversos eventos no município, movimentando a economia local.



Regras para garantir bem-estar na suinocultura

Instrução Normativa estabelece padrão estrutural e de manejo nas granjas, para assegurar a qualidade de produção e conforto animal. FAEP teve participação na elaboração do documento

Por Felipe Aníbal



Desde o fim do ano passado, o Brasil tem seu primeiro conjunto de normas relacionadas ao bem-estar animal que devem ser seguidas pela cadeia produtiva da suinocultura. As regras foram estabelecidas a partir da Instrução Normativa (IN) 113 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), publicada em 16 de dezembro de 2020. Ao longo de 54 artigos, o documento é bastante abrangente: contempla desde como devem ser as instalações até práticas de manejos nas granjas. A FAEP teve participação intensa na elaboração das normas, por meio de um grupo de trabalho que ajudou a dar contornos finais ao documento.

As orientações estão alinhadas às diretrizes da Organização Mundial da Saúde Animal (OIE) para a produção de suínos, o que dá respaldo maior às exportações do setor. Segundo maior produtor de suínos no Brasil, o Paraná tem mirado cada vez mais no mercado internacional. Considerando o período de janeiro a novembro de 2020, o Estado exportou US\$ 281,7 milhões, alta de 26% em relação ao mesmo período de

2019. Os benefícios das novas regras vão além de questões de mercado. A expectativa é de que, ao estabelecer parâmetros, a normativa ajude a padronizar a produção e que garanta mais segurança jurídica e produtiva ao setor.

“O Brasil é signatário da OIE, mas não tínhamos documento que tratasse de bem-estar animal na suinocultura. A normativa atende às exigências internacionais e vai fazer com que o setor produtivo tenha um padrão de instalações e de manejo que colocará o país em outro *status* em relação a bem-estar”, aponta Cleandro Pazinato Dias, médico veterinário, doutor em Ciência Animal e membro do grupo de trabalho da OIE em bem-estar de suínos.

“Muito do que a normativa estabelece os nossos produtores já vêm fazendo. Mas em termos de diretrizes nacionais, passamos a ter segurança, tanto para o produtor quanto para a cadeia como um todo”, avalia Nicolle Wilsek, técnica do Departamento Técnico (Detec) do Sistema FAEP/SENAR-PR, que acompanha a cadeia produtiva da suinocultura.

Especificações

A IN 113 estabelece que as granjas devem ser construídas “de forma a reduzir o risco de lesões, doenças ou estresse para os suínos e permitir o manejo seguro e a movimentação dos animais”. Neste sentido, a norma diz que as instalações precisam ter espaço para que os animais possam descansar e se mover livre e simultaneamente, com alimentação e água em quantidade suficiente para todos, em ambiente arejado e bem iluminado. Além disso, o texto determina que todas as fases de produção devem contar com área hospitalar voltada aos suínos.

O documento também determina as áreas úteis por animais. No alojamento de marrãs (animais que ainda não deram cria) em pré-cobertura, por exemplo, o espaço mínimo deve ser de 1,30 metro quadrado por animal. No caso de matrizes, a área mínima é de dois metros por animal. Para cachaços adultos,

a normativa fixa a área útil mínima de seis metros. A IN também abrange suínos em outros estágios, como leitões e animais em terminação, em uma escala de acordo com o peso.

Outro ponto importante é que o comportamento e a saúde dos animais, a partir de agora, passarão a ser monitorados duas vezes por ano, com base em indicadores estabelecidos em recomendações da OIE. Além disso, a IN banuiu o uso de bastões elétricos para condução de suínos e proibiu condutas agressivas, além de puxar os animais pelas orelhas, rabo ou outras partes sensíveis.

A regulamentação também contempla os procedimentos dolorosos. A castração cirúrgica só pode ser realizada com recomendação de médico veterinário e realizada por operador capacitado, independentemente da idade do suíno. A normativa também considera a imunocastração como método aceito. O documento diz que o corte da cauda deve ser evitado, mas que pode ser tolerado

quando houver recomendação veterinária. Nesses casos, o procedimento deve ser feito com uso de anestesia e analgésicos, permitindo-se a mutilação do terço final da cauda.

A IN versa, ainda, sobre o procedimento de desbaste dos dentes dos leitões, que só poderá ser realizado nos casos em que houver grave lesão no aparelho mamário da matriz ou na face dos leitões da leitegada (coletivo de filhotes de mesma cria). No caso dos cachaços, o desbaste só poderá ser feito por profissional habilitado e com anestesia e aplicação de analgésicos. O corte de dentes fica proibido.

“Alguns setores podem até achar ruim ter as normas, mas precisa adequar para produzirmos com um padrão mínimo. Os principais produtores mundiais, como Canadá e União Europeia, já têm uma legislação robusta em bem-estar animal. O que o Brasil passa a ter é igual ou até melhor que eles, que são referência” afirma Dias.

Sugestões da FAEP otimizaram texto final

A IN 113 é resultado de anos de debates entre autoridades e o setor produtivo. A minuta da normativa foi concluída em 2018. A partir de então, o Mapa abriu uma consulta pública, para que a sociedade civil pudesse apresentar suas contribuições. A FAEP organizou encontros com produtores, cooperativas, agroindústrias, universidades, além de instituir um grupo de trabalho, do qual também participaram membros da Associação Paranaense de Suinocultura (APS), Universidade Positivo, Adapar, JBS, BRF, Ocepar e outras empresas privadas. A partir das análises do grupo, a FAEP apresentou 62 sugestões. Destas, 43 foram acatadas integral ou par-

cialmente – gerando, como efeito prático, alterações no texto final da IN.

“O principal ganho foi com relação aos prazos, que ficaram cinco anos além do que estava na minuta. Com isso, os produtores ganham mais tempo para se adequarem, quando for o caso”, explica Nicolle Wilsek, técnica do Detec do Sistema FAEP/SENAR-PR.

No caso de granjas que ainda utilizam gaiolas de gestão e de alojamento para cachaços, por exemplo, o prazo para que as instalações fossem alteradas era de dez anos, de acordo com o texto original. A partir da sugestão da FAEP, o limite para a adequação passou para 24 anos (até 2045). Para as outras mudanças estruturais, a data estabelecida, também seguindo a recomendação da Federação, é de nove anos, até 2030.

Para alguns casos, a atuação da FAEP garantiu um prazo um pouco

maior, como, por exemplo, de granjas que têm áreas de descanso para matrizes com piso ripado e que, de acordo com a normativa, precisam ser alteradas para piso compacto. O prazo final ficou em 24 anos.

Além das datas, as contribuições do grupo de trabalho conduzido pela FAEP também foram adotadas no que diz respeito a técnicas de manejos e ao que foi estabelecido em relação à densidade nas granjas. Nicolle destaca que, além de garantirem o bem-estar dos animais, os parâmetros definidos também são importantes para a produção, em si. “São condições que melhoraram as respostas dos suínos aos índices zootécnicos. Ou seja, o animal passa a responder melhor à produção”, diz.

Cursos do SENAR-PR ajudam a atender às normas

As novas regras definidas na Instrução Normativa (IN) 113 do Mapa evidenciam a importância do papel do SENAR-PR na cadeia da suinocultura estadual. A IN deixa claro que os suínos devem ser manejados por profissionais capacitados “por meio do treinamento formal ou experiência prática de acordo com suas atribuições, com treinamento e atualização bianual”.

“O SENAR-PR já disponibiliza uma série de cursos voltados à suinocultura, na questão de bem-estar animal. E a normativa corrobora a necessidade e a importância dessas capacitações”, ressalta Nicolle Wilsek, técnica do Departamento Técnico (Detec) do Sistema FAEP/SENAR-PR.

Para conhecer os cursos do SENAR-PR voltados para a suinocultura, acesse o site www.sistemafaep.com.br, no *link* Cursos para verificar as próximas datas e locais de realização das capacitações.

Prazos

Veja quais são as mudanças estabelecidas pela normativa e qual o tempo que o setor terá para promover as adequações

Adequação exigida	Prazo	Data limite
Área com piso compacto para descanso das matrizes alojadas em grupo	24 anos	01/01/2045
Densidades por categorias:		
Marrãs em pré-cobertura no alojamento coletivo	1 ano	18/12/2021
Cachaços adultos alojados em baias		
Leitões de creche até 30 quilos de PV		
Leitões em creche acima de 30 quilos de PV ou recria		
Marrãs gestantes no alojamento coletivo	10 anos	01/02/2031
Matrizes gestantes ou vazias no alojamento coletivo		
Suínos de terminação	9 anos	18/12/2030
Alojamento coletivo de matrizes após 35 dias de gestação:		
Alojamento coletivo de matrizes após 35 dias de gestação	24 anos	01/01/2045
Projetos novos protocolados em órgão ambiental, com licença prévia em andamento	10 anos	01/02/2031
Projetos novos de reforma, ampliação ou construção de instalações	Já em vigor	
Alojamento de cachaços em baias:		
Granjas que utilizam gaiolas para alojamento de cachaços	24 anos	01/01/2045
Projetos novos de reforma, ampliação ou construção de instalações	Já em vigor	
Embarcadouros com inclinação máxima de 25 graus do solo	9 anos	01/01/2030
Desmame com 24 dias de idade média (ou mais)	24 anos	01/01/2045
Castração cirúrgica com analgesia e anestesia	9 anos	01/01/2030
Proibição de identificação com massa	9 anos	01/01/2030
Instalações de tratamento de efluentes para suportar o uso de materiais de enriquecimento ambiental	24 anos	01/01/2015

Painel solar no CTA de Assis

O SENAR-PR vai instalar painéis solares no Centro de Treinamento Agropecuário (CTA) de Assis Chateaubriand. No total, serão 370 painéis, num total de 500 metros quadrados, gerando 135 kWp. A futura fonte vai reduzir o custo com energia elétrica. As obras começam no mês de fevereiro, com previsão de três meses para o término. A licença para instalação foi entregue em mãos ao presidente Ágide Meneguette pelo secretário estadual de Desenvolvimento Sustentável e Turismo, Marcio Nunes, durante a Assembleia Geral da entidade, no último dia 25 de janeiro.

Facilitadores aprovados para o novo PER

No início do ano, o SENAR-PR divulgou a relação dos 23 profissionais aprovados para prestar serviços de instrutoria no Programa Empreendedor Rural (PER). Os facilitadores ainda vão passar por outras etapas, incluindo um processo de formação de três módulos, de 24 horas cada. O processo de seleção, que começou no início de 2020, teve cinco fases. A lista completa dos aprovados pode ser consultada no site do Sistema FAEP/SENAR-PR, no link www.sistemafaep.com.br.



Campanhas de preservação

No ano passado, a diretoria do Sindicato Rural de Jacarezinho, no Norte Pioneiro do Paraná, promoveu uma palestra sobre a necessidade da atenção primária a saúde. A apresentação sobre o tema foi realizada pela doutora Poliana Bichara, da secretaria municipal de Saúde, com participação de produtores associados e familiares. A palestra esteve alinhada com as campanhas Setembro Amarelo, Outubro Rosa e Novembro Azul, apoiadas pelo Sistema FAEP/SENAR-PR.



Indicação Prêmio Nobel da Paz

A FAEP é uma das entidades ligadas ao agronegócio que manifestou apoio à indicação do ex-ministro da Agricultura, Alysso Paolinelli, para o Prêmio Nobel da Paz 2021. A nomeação foi protocolada no Conselho Norueguês do Nobel pelo diretor da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (USP/Esalq), Durval Dourado Neto. Entre outros feitos, Paolinelli participou da modernização da Embrapa, reestruturação do crédito agrícola e do equacionamento da ocupação do bioma amazônico.

2020, o ano das exportações do agro

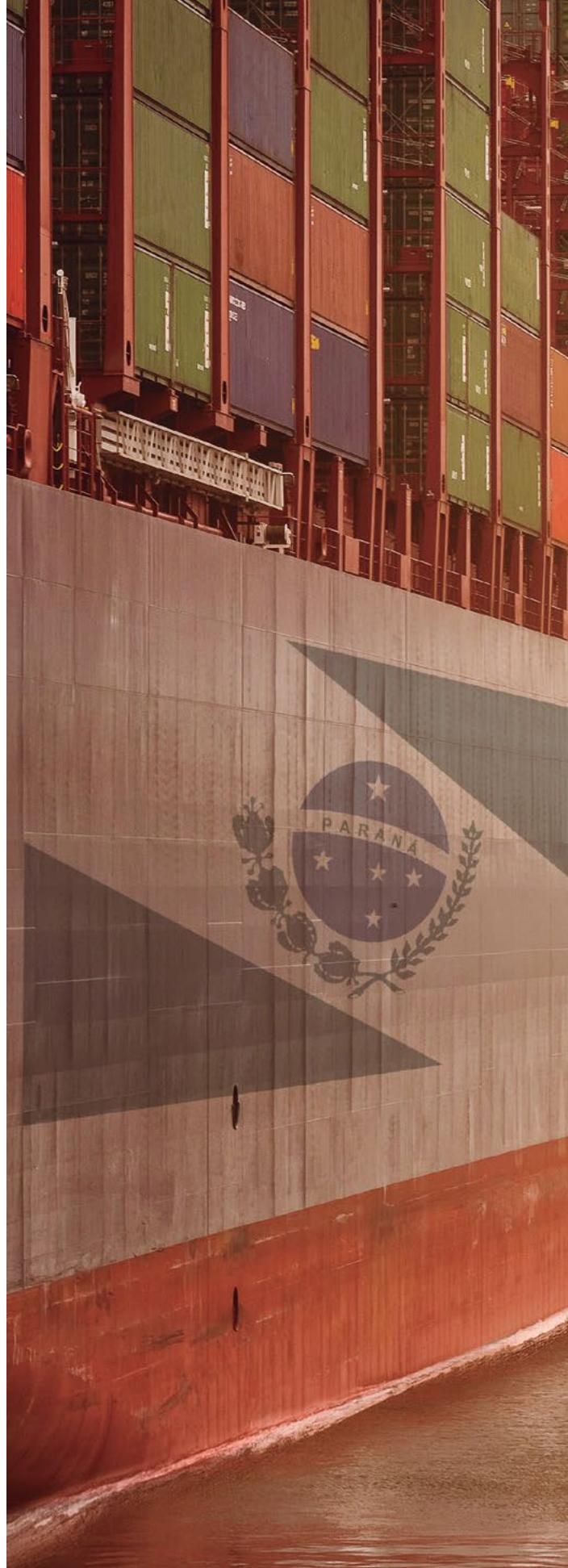
Em volume, nunca tantos produtos do setor agropecuário paranaense foram enviados ao mundo. Dólar alto favoreceu ganhos

Por Felipe Aníbal

Foi um ano de recordes. Mesmo atravessando uma pandemia que impôs uma série de restrições e de desafios logísticos, o agronegócio do Paraná terminou 2020 tendo exportado mais de 28,7 milhões de toneladas: 8,6% mais em comparação ao ano anterior e o maior volume embarcado em sua história. Em uma pauta de exportação bastante diversificada, os produtos agropecuários paranaenses chegaram a 203 territórios ou países – ou seja, praticamente ao mundo todo. Em volume, os principais destaques foram os produtos do complexo soja, carnes, produtos florestais e o complexo sucroenergético.

A curva do histórico de exportações do agro paranaense também chama a atenção. Em duas décadas, o volume embarcado deu um salto enorme, equivalente a 181%, partindo das 10,2 milhões de toneladas comercializadas em 2000. Nos últimos quatro anos, a partir de 2017, o Paraná obteve os melhores desempenhos, com as exportações agropecuárias fechando cada ano acima das 26 milhões de toneladas enviadas a outros países.

Em relação à arrecadação, o agro paranaense atingiu cifras expressivas em 2020: as exportações do setor ultrapassaram a casa dos US\$ 13,2 bilhões – que correspondem a 13,2% do total de embarques do setor brasileiro ao longo do ano passado. Em dólares, o Paraná já havia atingido um patamar mais elevado em 2018, quando as vendas externas totalizaram US\$ 14,3 bilhões. Em reais, no entanto – com a cotação média do dólar em R\$ 5,15 em 2020, ante R\$ 3,65 em 2018 – as exportações do agro paranaense bateram mais um recorde: R\$ 68 bilhões.





“Apesar de ter sido um ano difícil, com pandemia de novo coronavírus, conseguimos manter as nossas cadeias funcionando. Mesmo com os desafios, a produção e a logística não deixaram de funcionar, atendendo a demanda internacional, com qualidade e preço”, afirma o presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, Ágide Meneguette.

“O resultado do setor foi fantástico. Graças ao agro, o Brasil tem uma balança comercial superavitária. No Paraná, não foi diferente. Se não fosse o setor agropecuário, teríamos tido déficit comercial, com a balança negativa”, observa Luiz Eliezer Ferreira, do Departamento Técnico Econômico (DTE) do Sistema FAEP/SENAR-PR.

Destinos

Embora os produtos agropecuários do Paraná cheguem a todo o globo, alguns países continuaram a se destacar como nossos mais importantes parceiros comerciais. Mais uma vez, a China ampliou suas compras externas, se consolidando como principal importador do agro paranaense. No ano passado, 40% do que o setor produziu tiveram como destino o gigante asiático. Apesar de a “cesta de compras” diversificada, o apetite chinês se voltou sobretudo à soja. O país importou 70% de toda a soja embarcada pelo Paraná: US\$ 4,2 bilhões.

“A concentração de compras da China é imensa em soja em grão. Eles têm o maior parque de processamento do mundo, com capacidade para processar 148 milhões de toneladas por ano, mas só produzem 14 milhões de toneladas. Por isso, as vendas de produtos do complexo soja para a China são essencialmente grão”, diz Ferreira.

No *ranking* dos principais importadores de produtos do agro do Paraná aparecem Estados Unidos, em segundo lugar, consumindo 6,3% dos embarques – principalmente, em produtos florestais – Países Baixos (3,1%), Coreia do Sul (2,6%) e Japão (2,6%). Apesar de serem consideráveis, as participações desses países na comercialização externa de produtos paranaenses evidenciam a importância da China.

“A participação da China vem aumentando ano a ano. Temos que ficar de olho em tudo que acontece lá, na reação deles à pandemia, porque tudo lá tem impacto direto ao agro do Paraná”, analisa Ferreira. “E não são só os chineses. Dos 15 principais importadores dos nossos produtos, seis estão na Ásia”, acrescenta.

Outro fator que está diretamente relacionado ao aumento do volume exportado pelo Paraná é a demanda internacional intensificada pela pandemia do novo coronavírus. Ante os impactos causados pela Covid-19, muitos países tiveram suas cadeias produtivas afetadas e ampliaram sua demanda por alimentos. Para o agro paranaense, a crise causada pelo vírus foi uma prova de fogo, que constatou que o setor está pronto para lidar com condições adversas.

“Nós temos produtos de qualidade e produção em escala. Mesmo com todos os entraves, conseguimos suprir o mercado interno e ainda atender o mundo, nessa demanda internacional crescente. Isso mostra a nossa força”, disse Meneguette.

Complexos soja e sucroenergético sobem, carne diminui

Com pouco mais de US\$ 6 bilhões arrecadados, os produtos do complexo soja, mais uma vez, foram o carro-chefe das exportações do agro paranaense. Ao longo de 2020, o volume financeiro gerado pelos embarques aumentou 24,6% em relação a 2019. Com esse desempenho, a soja fechou o ano respondendo por 45,5% das exportações do setor. Esse movimento foi puxado pela China.

“Os chineses aumentaram suas compras em razão da demanda, por formação de estoque e por precaução motivada pela pandemia. Outro ponto que pesou em favor da nossa soja lá fora foi o câmbio”, aponta Luiz Eliezer Ferreira, do DTE do Sistema FAEP/SENAR-PR.

Os produtos cuja exportação mais aumentou, no entanto, foram os do complexo sucroenergético, puxados pelo açúcar. Os embarques chegaram a US\$ 842 milhões: 40,8% mais que o exportado em 2019. O subsetor foi beneficiado por uma dinâmica internacional que envolveu quebra de safra nos principais produtores e, mais uma vez, o câmbio, que tornou o produto brasileiro mais competitivo.

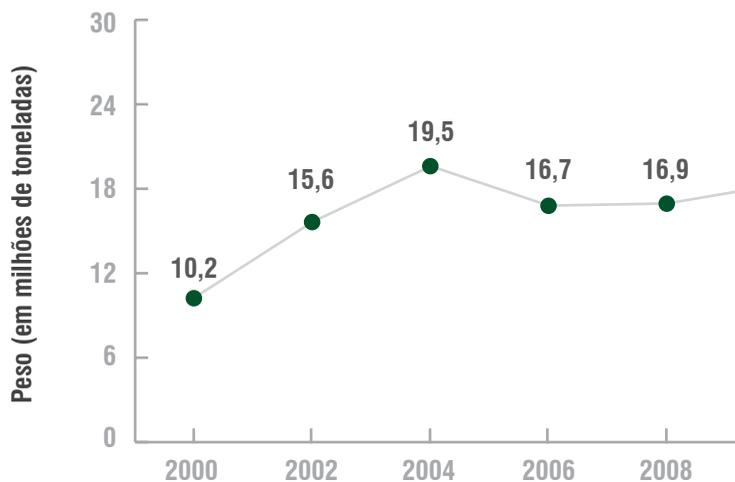
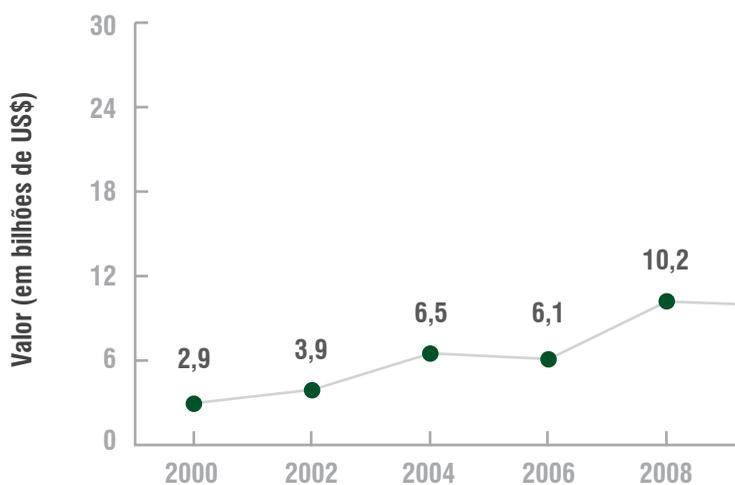
“Com a quebra em fornecedores internacionais, quem tinha o produto [açúcar] disponível era o Brasil. Embora parte da produção sucroenergética tenha sido voltada para o álcool em gel, 2020 foi um ano marcado também pela queda no consumo do etanol combustível. As plantas híbridas voltaram sua produção ao açúcar, em razão dessa conjuntura”, explica o técnico do DTE.

Outro subsetor que merece destaque é o complexo carnes. O volume exportado caiu 9% em relação a 2019. Ainda assim, em termos absolutos, o grupo é o segundo que mais faturou com as vendas externas, ultrapassando a marca dos US\$ 2,7 bilhões. O destaque positivo foi a suinocultura, que ampliou os embarques, principalmente para países asiáticos, que ainda enfrentam os reflexos de uma crise sanitária provocada pela ocorrência de Peste Suína Africana (PSA), que dizimou a maior parte dos rebanhos em países como China, Vietnã e Camboja. “O Paraná tinha produção em escala para atender a essa demanda”, observa Ferreira.

O agro do PR no mercado internacional

Os produtos paranaenses do agronegócio, cada vez mais, vêm ganhando espaço internacionalmente. Veja os detalhes dessa dinâmica:

Variação das exportações:

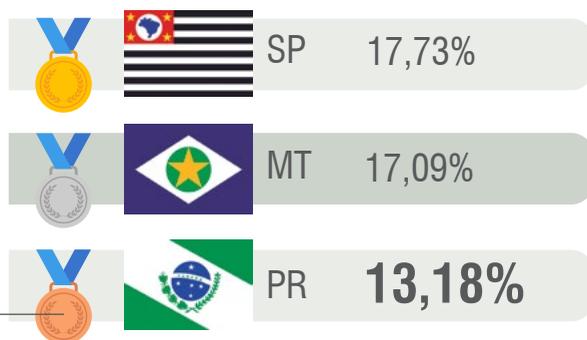


Os seis produtos mais exportados em 2020:

Complexo soja	US\$ 6 bi
Carnes	US\$ 2,7 bi
Produtos florestais	US\$ 2,2 bi
Complexo sucroenergético	US\$ 842 mi
Cereais, farinhas e preparações	US\$ 411 mi
Café	US\$ 343 mi



Top 3 maiores exportadores do Brasil



Paraná ocupa a terceira posição no ranking

Em âmbito nacional, o agronegócio brasileiro encerrou 2020 exportando o equivalente a US\$ 100,8 bilhões, o que representa 4,1% a mais do que o arrecadado com as vendas externas em 2019. O agro foi o responsável por quase a metade (48%) das exportações do país, considerando todos os setores.

Mais uma vez, o Paraná se manteve em terceiro lugar no ranking de exportações do agronegócio. Os embarques paranaenses representaram 13,1% do total exportado pelo agro brasileiro.

“Mais uma vez, cumprimos nosso papel. Apesar de termos chegado ao limite de nossa fronteira agrícola, nossos produtores têm apostado em tecnologia para produzir com qualidade e eficiência. Somos um Estado de excelência e nosso setor rural é um dos principais pilares da nossa economia”, diz Ágide Meneguette, presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR.

No topo da lista, aparece São Paulo, que respondeu por 17,7% das vendas externas – impulsionadas pelos setores sucroenergético, carnes e sucos. Em seguida, vem o Mato Grosso, com 17%, puxado pelo complexo soja.

Os seis principais destinos em 2020:

China	40%
EUA	6,3%
Países baixos	3,1%
Coreia do Sul	2,6%
Japão	2,6%
Hong Kong	1,8%

“Temos produtos de qualidade e produção em escala. Mesmo com todos os entraves, conseguimos atender o mundo”

Ágide Meneguette,
presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR



ORTIGUEIRA

OPERAÇÃO DE TRATORES

O Sindicato Rural de Ortigueira promoveu o curso “Tratorista agrícola - operação de tratores e implementos - NR 31.12”, entre os dias 20 e 24 de outubro de 2020. A capacitação com o instrutor Antonio Carlos Lordani reuniu seis alunos.



ARAPOTI

CLASSIFICAÇÃO DE GRÃOS

O instrutor Caetano Benassi ministrou as aulas do curso “Classificação de grãos - Milho e Soja” para 10 alunos. O curso foi organizado pelo Sindicato Rural de Arapoti entre os dias 1º e 3 de dezembro de 2020.



TEIXEIRA SOARES

PRIMEIROS SOCORROS

Um grupo de 10 pessoas participou do curso “Trabalhador na segurança no trabalho - primeiros socorros”, promovido pelo Sindicato Rural de Teixeira Soares. As aulas com o Sandro Cesar Martins dos Santos ocorreram nos dias 12 e 13 de novembro de 2020.



RIO NEGRO

MANUTENÇÃO DE MOTOSSERRA

Entre os dias 9 e 13 de novembro do ano passado, ocorreu o curso “Trabalhador na operação e na manutenção de motosserra - corte polivalente de árvores”, organizado pelo Sindicato Rural de Rio Negro. A turma de quatro alunos teve aula com o instrutor Emerson Massoqueto Batista.



MARINGÁ

MIP SOJA

Em setembro do ano passado começou as aulas com 16 alunos do curso “MIP Soja”, com o instrutor Guilherme Pietro. Promovida pelo Sindicato Rural de Maringá, a capacitação segue até o dia 10 de março deste ano.



CIANORTE

MIP SOJA

O Sindicato Rural de Cianorte deu início às aulas do curso “MIP Soja” para uma turma de 13 alunos no dia 14 de setembro de 2020. A capacitação com o instrutor Sergio Takashi Noguchi segue até abril deste ano.



FAXINAL

PRIMEIROS SOCORROS

O curso “Trabalhador na segurança no trabalho - primeiros socorros”, promovido pelo Sindicato Rural de Faxinal, aconteceu nos dias 13 e 14 de novembro de 2020, com o instrutor Fernando Jodas Gonçalves. Oito alunos participaram da capacitação.



ITAMBÉ

INCLUSÃO DIGITAL

Uma turma de oito pessoas participou do curso “Programa de inclusão digital - Introdução à informática - Word, Excel, e-mail e internet”, organizado pelo Sindicato Rural de Maringá. O instrutor Alex Fernandes de Almeida ministrou as aulas entre os dias 23 de novembro e 4 de dezembro.

Sindicais

VIA RÁPIDA



Cérebro único

Uma pesquisa publicada pela revista *Nature Neuroscience* afirma que a atividade cerebral é única. Ou seja, ela não é igual em ninguém, assim como as impressões digitais.



Mortes no Everest

Existem mais de 200 cadáveres de escaladores que foram deixados no monte Everest. Isso porque, na maioria das vezes, o clima impossibilitou retirá-los da lá. Contudo, isso não espanta os demais escaladores, que acabam usando os corpos como referência para se orientarem.



Passou despercebido

Se algum dia você estiver procurando algo, olhe da direita para a esquerda. Por estarmos acostumados a ler da esquerda para a direita é mais fácil as coisas passarem despercebidas.

Pele humana

Existem mais formas de vida vivendo na nossa pele do que humanos habitando a Terra. A população de bactérias no corpo atinge cerca de 150 vezes a população humana – o que significa aproximadamente um trilhão de parasitas quase invisíveis em mais de 500 espécies. Ácaros, bactérias, percevejos, piolhos e carrapatos são alguns exemplos de seres vivos que podem estar fazendo da sua pele e sua cabeça o seu habitat.

Dia mais longo

A rotação da Terra está diminuindo gradualmente. A propósito, ela roda 17 milissegundos mais devagar a cada 100 anos. O que isso quer dizer? Significa que os nossos dias estão cada vez mais longos. Mas não se anime. Só conseguiríamos notar daqui a 140 milhões de anos, quando um dia passaria a ter 25 horas.



Dia mais longo II

A barragem da maior usina hidrelétrica do mundo, Três Gargantas, localizada na China, prolongaria a duração do dia em 0,66 microssegundos se operasse em sua capacidade máxima. Isso ocorreria em virtude da enorme massa de água que ela comporta.

Mosquitos letais

Os mosquitos são os animais mais letais do mundo, causando mais mortes humanas do que todas as guerras da história. Esses seres vivos matam cerca de 725 mil humanos anualmente.



Ótimo imitador

Os pássaros-lira são famosos por sua capacidade de imitar qualquer som que ouçam. Como, por exemplo, o choro de um bebê, os gritos de um macaco, o alarme de um despertador e até os barulhos que fazem uma máquina de construção. A ave é encontrada na Austrália, mais especificamente nas florestas de Victoria e de Queensland.



UMA SIMPLES FOTO



BOLETIM NO RÁDIO

O PODCAST SEMANAL DO SISTEMA FAEP/SENAR-PR

*PODCAST É UM
PROGRAMA
DE RÁDIO VIA
INTERNET QUE
VOCÊ PODE OUVIR
NAS SEGUINTE
PLATAFORMAS:*



Facebook
Sistema Faep



Youtube
Sistema Faep



Spotify
Sistema Faep



Aplicativo
Sistema Faep



Site
sistemafaep.org.br

SISTEMA FAEP



Acesse a versão digital deste informativo:

sistemafaep.org.br

• **FAEP** - R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba-PR | F. 41 2169.7988 |
Fax 41 3323.2124 | sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br

• **SENAR-PR** - R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba - PR | F. 41 2106.0401 |
Fax 41 3323.1779 | sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

Siga o Sistema FAEP/SENAR-PR nas redes sociais



Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
R. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não Procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço Insuficiente | |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado | |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo
porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ____/____/____
Em ____/____/____ Responsável